



Gotad'água

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia

Ano XXIX – Nº 16 – 18 de maio de 2015

FOTOS: ACERVO SINDAE

Categoria protesta, mas aprova benefício parcelado do PPR na Embasa

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA É PRIVATIZAÇÃO DISFARÇADA



IRECÊ

PAULO AFONSO

CAB

Mesmo sob protestos diante do descumprimento do acordo, que previa pagamento integral numa única vez, a maioria dos (das) trabalhadores (as) da Embasa aprovou o pagamento parcelado, em duas vezes, do benefício do PPR. Foi uma decisão difícil tomada após análises da conjuntura econômica e jurídica. A decisão aconteceu na última quarta (13) em assembleias realizadas no CAB e nas 13 unidades regionais. O grande esforço agora será avançar nas demandas que se alastram há mais de anos e o fechamento de um bom acordo coletivo para este ano. **PÁGINA 3**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto E Meio Ambiente no Estado da Bahia – SINDAE, na forma do seu Estatuto, convoca os seus associados para Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 22 de maio de 2015, no Auditório do SINDAE, sito à Rua General Labatut, nº 65 - Barris - Salvador - Bahia, em primeira convocação às 13h30min, com a presença de 10% (dez por cento) dos associados, ou em segunda convocação às 14h00min, com qualquer número, com a finalidade de eleger os delegados que participarão do 14.º Congresso Estadual da CUT.

Salvador, 15 de maio de 2015.

Danillo Libarino Assunção
Coordenador Geral

SEMINÁRIO SOBRE SAÚDE SUPLEMENTAR

PLANOS DE SAÚDE: perspectivas e desafios na gestão

20/05
Auditório do Sindae
8h30

Informações e Inscrições: 71 3111-1700
secretaria@sindae-ba.org.br

CUT FAZ NOVA CONVOCAÇÃO À PARALISAÇÃO DO DIA 29, CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO E AJUSTE FISCAL
PÁGINA 2

ABERTA A NEGOCIAÇÃO COM A EMBASA. PRÓXIMA RODADA SERÁ DIA (22) SEXTA-FEIRA
PÁGINA 2

NEGOCIAÇÃO COM EMASA PODE SER CONCLUÍDA NESTA SEGUNDA
PÁGINA 4

Aberta a negociação com a Embasa. Próxima rodada será dia (22) sexta-feira

Finalmente foi iniciada na última sexta (15) as negociações do acordo coletivo de trabalho com a Embasa, que este ano envolverá apenas cláusulas econômicas e as novas. As restantes permanecem em vigor, pois a vigência é de dois anos (até maio/2016). Dentre alguns princípios destacados pelo Sindicato nessa primeira reunião está o de que não aceitará retrocesso, sendo o atual acordo o patamar mínimo para o desenvolvimento das negociações.

Também foi colocado que a empresa deve repor no pagamento a inflação do período (8,34%, pelo INPC-IBGE). A discussão em torno do salário ficará no ganho real. Também reafirmamos a reivindicação da empresa ter um (a) trabalhador (a) no seu Conselho de Administração. Sobre isso, a diretoria de Gestão Corporativa pediu que o Sindicato fizesse um ofício específico para ser levado e discutido junto à diretoria executiva e ao próprio Conselho de Administração. Na EMASA (Itabuna) essa pauta já é realidade conquistada através de acordo coletivo no ano passado.

Como a empresa alegou que ainda não tinha uma proposta para as cláusulas econômicas e as novas, o assunto foi repassado para as próximas reuniões, já agendadas: dias 22 e 29 deste mês, além de 3, 12 e 19 de junho. O Sindicato pediu que as atas de cada reunião fossem redigidas e entregues ao final de cada negociação.

OUTRAS QUESTÕES – A empresa informou que o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), que serve de base para o pagamento do adicional de insalubridade, já está pronto e que está sob análise da diretoria executiva. Prometeu encaminhar uma cópia ao Sindicato, marcar uma videoconferência para debate-lo com os (as) trabalhadores (as) e emitir uma nota técnica explicativa.

Quanto ao plano de cargos e salários (PCSC), a empresa informou que a revisão está em processo bem avançado e que também fará uma nota técnica, até porque haverá alteração na estrutura organizacional da Embasa. O Sindicato cobrou que essa nota técnica explique detalhadamente as alterações e como ficarão algumas funções, a exemplo dos assistentes administrativos, técnicos contábeis, operadores, pessoal de campo, pessoal de nível superior etc.

Também foi cobrada uma solução urgente para os problemas que estão se avolumando com o plano de saúde. A empresa informou que está preparando um edital de licitação e que brevemente dará mais informações ao Sindicato. Por sinal, nesta quarta (20) estaremos realizando em nosso auditório um seminário para discutir os diversos modelos de gestão de plano de saúde (operadoras privadas, Planserv, SUS, auto-gestão etc). O encontro terá início às 8:30 horas, em nosso auditório.

Operadores (as) da Cetrel S/A e DAC ficam indignados com proposta sobre o extraturno

Sob indignação e protestos, operadores (as) da Cetrel S/A e DAC recusaram a proposta que as empresas fizeram para a quitação do passivo gerado pelo extraturno não pago nos últimos cinco anos. Elas querem pagar apenas um terço de toda a dívida apurada nesse período. A rejeição aconteceu em reunião realizada entre os empregados na sede do Sindicato, na última quinta (14).

Eles (elas) consideram que as empresas devem pagar todo o montante, até porque a dívida não é uma soma considerável para elas que pertencem a um poderoso grupo econômico (Odebrecht). A proposta foi feita no último dia 8, no Sindicato, que de pronto a considerou ruim. Além da rejeição, os opera-

dores (as) querem manter a negociação até que as empresas paguem o que devem.

Cetrel S/A e DAC apresentaram a proposta após logo tempo de cobrança do Sindicato. As empresas mantiveram como referência de extraturno o tempo de 18 minutos por turno. De acordo com os cálculos apresentados por elas, cada operador (a) realiza 324 minutos de extraturno no período de um mês, considerando 18 turnos mensais. Isso equivale a 5,24 horas por mês.

Considerando os últimos cinco anos de serviço, disso resultaria um montante devido de três remunerações. Mesmo tendo apurado esse resultado, as empresas estão pro-

CUT renova crítica à terceirização e faz nova convocação à paralisação do dia 29



Durante audiência pública no Senado Federal, na última quinta (14), o presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas, voltou a conclamar a classe trabalhadora para participar da paralisação nacional convocada para o próximo dia 29, em protesto contra o projeto de terceirização (PL 4330) recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados. “Como não acho que exista vitória sem luta, convoco todos à greve”, disse ele. O protesto abrange ainda o pacote de ajuste fiscal do governo, especialmente as medidas provisórias 664 e 665, que restringem o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários.

Não houve nenhuma dúvida para os participantes da audiência, sob o tema “Terceirização: revogação da Lei Áurea e fortalecimento do trabalho escravo”, sobre a estreita relação entre trabalho terceirizado e piores condições trabalhistas. E lá estavam lideranças sindicais, auditores fiscais, parlamentares, juristas e dezenas de trabalhadores.

pondo pagar apenas uma remuneração para cada, mais os reflexos sobre outras parcelas (férias, décimo-terceiro etc) e mesmo assim parcelado. O Sindicato voltará a ter uma reunião com as empresas, para tratar desse assunto, na próxima sexta (22).

Com protestos, maioria aprova benefício parcelado do PPR na Embasa

Depois de várias análises da conjuntura econômica, e por estarmos na fase inicial da campanha salarial, a maioria dos (das) trabalhadores (as) da Embasa decidiu aprovar a segunda proposta que a empresa fez para o pagamento do benefício do Programa de Participação nos Resultados (PPR). Foi uma decisão difícil tomada em assembleias realizadas simultaneamente no CAB e nas 13 unidades regionais. Houve muita insatisfação, não era por menos, em todas as assembleias pelo descumprimento do acordo que previa o pagamento de uma só vez.

A proposta aprovada foi do pagamento parcelado em duas vezes, sendo a primeira parcela na última sexta (15), representando 60% do valor do benefício, e a segunda em 15 de agosto, para o restante dos 40%. Antes, a empresa propôs pagar metade em maio e outra metade em agosto. O acordo do PPR fechado em dezembro/14 previa o pagamento integral até a primeira quinzena de maio/15, mas poucos dias antes do prazo a empresa alegou que não tinha condições de cumprir

o acordo, contrariando inclusive a matéria veiculada em publicação interna (Embasa da Gente, Ed. 52 Pág. 6 Jan/2015).

Pressionada a honrar o compromisso, a empresa sustentou que não podia pagar de uma só vez devido a problemas de caixa, decorrentes do aumento da energia e de outros insumos, além de não ter recebido da Caixa Econômica Federal os recursos previstos para a realização de obras, que acabaram sendo feitas com recursos próprios. Também colocou que o reajuste na tarifa de água, de 9,97%, só será aplicado a partir de junho, tendo repercussão no caixa da empresa apenas a partir de julho. O Governo do estado também tem sua parcela de culpa nessa situação, ficando os (as) trabalhadores (as) da empresa em segundo plano. Uma forma de reparar o alto custo com terceirização é a realização imediata de um novo concurso público na Embasa, em especial em áreas ligadas ao serviço de esgotamento sanitário que por sinal as metas desse setor nos últimos anos não são atingidas, conforme balanço publicado.

Além disso, foi avaliada a atual conjuntura econômica do país, com inflação e juros altos, e dificuldades enfrentadas por outras categorias, como a dos eletricitários, que estão em greve para receber o pagamento do benefício da participação nos lucros, o PL da Colba. Também foi levada em conta a condição de trabalhadores (as) que já haviam assumido compromisso contando com o dinheiro do PPR, e que poderiam sofrer prejuízos maiores no caso do Sindicato entrar na justiça para exigir o cumprimento do acordo. Levando em consideração a demora de uma decisão judicial, corria-se o risco da própria justiça concordar com o parcelamento, uma vez que isso está previsto na Lei 12.832/2013.

O Sindicato ainda pressionou para aumentar o valor da primeira parcela e para diminuir o intervalo de pagamento entre elas, mas a própria Lei 12.832 determina que o prazo mínimo entre uma e outra é de 90 dias. Logo, o pagamento da segunda parcela em junho ou julho não poderia ser feito tendo o mesmo entendimento o jurídico do Sindicato.

Primeira semana de negociação com Cetrel S/A e DAC avança no acordo: 25 cláusulas fechadas

Nada menos do que 25 cláusulas foram fechadas com a Cetrel S/A e a DAC nas duas primeiras rodadas de negociação do acordo coletivo deste ano, realizadas nas últimas segunda (11) e sexta (15). Os representantes dessas empresas têm criado dificuldades para a aceitação de cláusulas novas incluídas nas pautas de reivindicações, mas uma nova discussão será feita sobre esse assunto.

Pelas regras negociadas, as cláusulas de impacto financeiro ficarão para o final do debate. Na última sexta, apesar de uma série de argumentações dos representantes do Sindicato (Grigório Rocha e Aloisio Rocha), não se fechou nenhuma cláusula nova e se avançou pouco naquelas em que há diferenças de redação em relação ao acordo anterior. O Sindicato aproveitou para cobrar o início das negociações com as demais empresas do mesmo grupo econômico, tais Cetrel Lumina, da Foz Jaguaribe e Odebrecht Ambiental.

Na última segunda, que foi a abertura da negociação, foram fechadas 18 cláusulas idênticas ou similares ao acordo anterior. Foram elas: pagamento salarial, licença vestibular; retorno ao trabalho, dia de folga, folga por dobra/administrativa, repouso semanal/proibição

de desconto, férias/início, substituição/interinidade, transporte, medicina do trabalho, Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), acidente/readaptação funcional, proteção coletiva, riscos/advertência, envio de CAT's, abono de faltas para eventos sindicais, acesso dos dirigentes sindicais, avaliação ambiental, realização de horas extras, troca de turno, indenização especial, assistência médica supletiva, exames periódicos, proteção à mulher e contratação de pessoal especializado.

Na segunda reunião, realizada na última sexta (15), houve intenso debate sobre a proposta de redução da jornada de trabalho de 40 para 35 horas semanais, pois o Sindicato entende que aumenta a produtividade e gera melhoria na qualidade de vida dos (das) trabalhadores. Também reclamamos da pouca presença de negros (as) nos cargos de chefia das empresas.

O Sindicato aproveitou e comunicou a rejeição, pelos operadores, da proposta das empresas para o extraturno. Os representantes da Cetrel S/A e DAC informaram que não há nenhuma possibilidade de pagar 100% do retroativo, mas que irá discutir o resultado da reunião dos operadores às empresas.

Todas essas questões levaram a categoria a entender ser menos prejudicial aceitar a proposta da empresa, até porque ela não estava se recusando a pagar nem diminuir o valor do benefício. Essas avaliações, ao contrário, mostram o quanto foi acertado fechar o acordo do PPR em dezembro passado, estabelecendo a garantia do pagamento, para se livrar de eventuais e futuros problemas que, na conjuntura de hoje, poderiam levar a empresa a não querer fazer qualquer acordo sobre o PPR.

Na polêmica entre aceitar ou não o parcelamento, além da proposta de greve outras propostas também surgiram, porém, a maioria optou por aceitar o pagamento de duas vezes. A categoria mesmo insatisfeita defendeu a proposta da Embasa e entrar forte nas negociações do acordo coletivo, pois este, sim, traz ganhos econômicos permanentes aos contratos de trabalho, além de outros benefícios.



O verdadeiro resultado de nossas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores.

Karl Marx



Negociação avançada com Emasa. Reajuste ficará em 8,34%

Está faltando muito pouco para ser concluída a negociação do acordo coletivo com a Emasa (Itabuna), embora pontos importantes ainda estejam pendentes, a exemplo da assistência médica e do plano de cargos e salários. A negociação realizada na semana passada fechou o reajuste salarial em 8,34%, zerando a inflação dos últimos 12 meses (maio de 2014 a abril de 2015), além de várias cláusulas.

Nesta segunda (18) haverá nova rodada de negociação com a diretoria da empresa, que ficou de apresentar proposta para o tíquete refeição e a assistência médica. Nela também será apresentado o relatório elaborado pelo economista Élder Arimateia, da subseção do Dieese que funciona no Sindae, sobre a revisão do plano de cargos e salários. Esse relatório também será discutido pela comissão criada pela Emasa para tratar do plano de cargos.

Além do reajuste salarial, na semana passada foram fechadas cláusulas importantes, a



exemplo do anuênio, hora extra, adicionais de periculosidade e insalubridade, gratificação de férias, fornecimento de uniformes, estabilidade geral por um ano, vale transporte, cesta básica natalina, junina e da Páscoa, fornecimento de EPI's, licenças maternidade e paternidade e distribuição de filtro solar. Por sinal, a empresa concordou em pagar o adicional de periculosidade aos motociclistas.

Comissão de revisão do plano de cargos da Cerb inicia trabalhos

Depois de muitas cobranças, finalmente a Cerb deu início aos trabalhos da comissão que vai discutir a revisão do plano de cargos e salários. Ela fez a sua primeira reunião na última terça (12), com a participação de representantes da empresa e do Sindicato, quando ficou acertado a cobrança, ao setor de Gestão de Pessoas, de uma apresentação do plano para a comissão e empregados (as).

Além disso, ficou marcada nova reunião para a próxima quinta (21), quando serão apresentadas sugestões para a melhoria do plano, dentre elas as feitas pelo Sindicato no ano passado e que não foram acatadas pela

empresa. Por sinal, a Cerb encaminhou o plano para homologação na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego sem antes apresentar e discutir com a nossa entidade, o que foi motivo de protesto nessa reunião.

Também houve críticas ao plano devido ao afastamento, na fase atual, da Comissão de Avaliação de Habilidades e Competências, o que deixa a avaliação de empregados (as) a critério apenas da chefia imediata, o que pode gerar apadrinhamentos. Também se colocou que é fundamental a correção de distorções e desvios de função existentes na empresa.

Gotad'água

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia (Sindae), filiado à FNU/CUT;
Responsabilidade: Diretoria Executiva;
Editor: José Sinval Soares;
Comp. e Impressão: Gráfica do Sindae;
Tiragem: 8.000 exemplares;
Endereço: Rua General Labatut, nº 65, Barris. Salvador – Bahia
CEP: 40.070-100; Tel.: (71) 3111-1700; Fax: (71) 3013-6913
Email: sindae@sindae-ba.org.br



SIGA-NOS:



TOMENota

COLETIVO DE MULHERES

Na próxima quinta (21), a partir das 18 horas, o Coletivo de Mulheres do Sindicato se reunirá para fazer um amplo debate sobre reforma política. Entre os convidados para fazer palestra está Vítor Alcântara, do Levante Popular da Juventude, que abordará a proposta do plebiscito por uma constituinte exclusiva sobre o sistema político brasileiro.

COTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO

Até o mês que vem o governo deve apresentar uma proposta de cotas para negros (as) na pós-graduação em instituições de ensino federal. A proposta, em elaboração na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), vai se basear na Lei de Cotas (Lei 12.711/12) da graduação, que estabelece 50% das vagas das universidades federais e das instituições federais de ensino técnico de nível médio devem ser reservadas a estudantes de escolas públicas até 2016.

CÂMARA DE SANEAMENTO

Saneamento ambiental e habitação passaram a constituir uma das Câmaras Temáticas criadas no âmbito do Conselho Municipal das Cidades desde a semana passada. As outras duas são planejamento e gestão do uso do solo e mobilidade urbana. Elas serão divididas entre 41 conselheiros. No próximo dia 3 haverá uma reunião entre todos eles.

CONTATO

Os associados abaixo relacionados devem entrar em contato com Elisabete, no setor jurídico do Sindicato: Adelmo Raymundo de Mello Duarte e Jacivaldo Vieira da Silva.

FALECIMENTO

O ex-companheiro Reginaldo Castro Mata, mais conhecido por "Mão Branca", faleceu no último dia 12 e foi sepultado no dia seguinte no Bosque da Paz. Ele trabalhou por 35 anos no Setor de Hidrometração da Embasa, no Parque de Bolandeira.